

L I D O
Em. 01/08/12
Assessoria de Plenário

RQ 1661 /2012

REQUERIMENTO Nº

2

(Do Sr. Deputado Wasny de Roure e Deputada Arlete Sampaio)

Requer a realização de audiência pública para discutir o Orçamento Participativo e os recursos previstos com essa finalidade na LDO e a respectiva a execução das obras eleitas.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

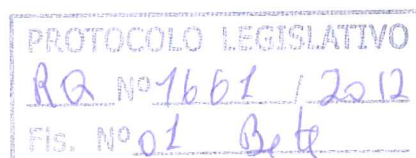
Com amparo no art. 145, do Regimento Interno, venho requerer a realização de Audiência Pública sobre o Orçamento Participativo do Distrito Federal, no dia 14 de setembro de 2012, às 15 horas no plenário desta casa.

JUSTIFICAÇÃO

A experiência do Orçamento Participativo aconteceu pela primeira vez em Porto Alegre nos anos 80. Em 2011, este importante instrumento de definição do orçamento público, com a participação popular, foi restabelecido na Capital Federal com a eleição do Governo “Um novo Caminho”, no Distrito Federal.

O Orçamento Participativo tem um relevante papel de mediação entre a democracia direta e a democracia representativa, estimulando e ampliando a organização popular. Possibilita a discussão, definição de prioridades e investimentos pela sociedade, em obras que devem ser executadas a cada ano, na cidade, pelos gestores públicos, com a participação da coletividade.

Sua ligação com o exercício da cidadania é inequívoca: ao indicar prioridades e ao corresponsabilizar-se com o governo na gestão, acompanhamento e execução de obras definidas, a sociedade exerce sua cidadania, dificultando o clientelismo e o fisiologismo,



ASSASSINA DE PLANO E DISTRI. 02/09/2012 14:29
16121
Arlete Sampaio

(Handwritten mark)

fazendo o controle dos gastos e aplicação dos recursos públicos. O governo que o implanta submete-se as ações do Orçamento Participativo ao controle e acompanhamento da sociedade, o que permite maior transparência na gestão do bem público.

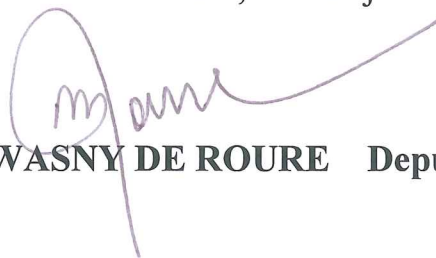
Como toda atividade social envolvendo a participação de diferentes grupos com diferentes interesses na divisão dos recursos públicos, muitas tensões surgem no Orçamento Participativo. Elas refletem os diferentes interesses, mas contribuem também para a conscientização dos cidadãos e cidadãs sobre a necessidade de sua organização e participação para a conquista de projetos de seu interesse e da comunidade.

Apesar dos aspectos positivos que possui para o fortalecimento e ampliação da democracia, o orçamento Participativo, tem muitas vezes recebido críticas da população, quer do ponto de sua organização, prazos e execução de obras – o que pode ser considerado, até certo ponto natural, considerando-se a complexidade do processo: diferentes prioridades dos grupos e do governo, e demais elementos que envolvem a gestão das políticas públicas. No entanto, ressalte-se que são situações que devem ser consideradas, mas que não podem nos impedir de buscar o aperfeiçoamento da política do Orçamento Participativo.

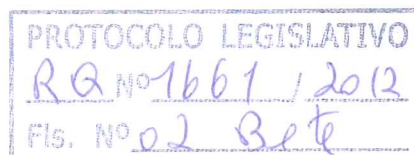
A implantação da experiência no Distrito Federal, a partir de 2011, com a eleição do governo Um novo Caminho, conforme reclama a população, tem exigido diferentes ajustes na sua organização e gestão. Essas providências nem sempre ocorrem dentro do tempo e da necessidade da população, provocando insatisfações e críticas.

Visando contribuir com o aprimoramento da política, estamos apresentando o presente requerimento para realização de audiência pública com essa finalidade e solicitamos sua aprovação pelos nossos pares.

Brasília, 26 de junho de 2012.



Deputado WASNY DE ROURE Deputada ARLETE SAMPAIO





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DO PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida, à Assessoria de Plenário para juntada e demais providências regimentais.

Em, 02/08/2012


ITAMAR PINHEIRO LIMA
Chefe da Assessoria
Mat.10.694

